

# Reforma política é a prioridade, anuncia FHC

Presidente pretende esperar mais tempo para pôr em discussão mudança na área tributária

**B**RASÍLIA – Terminada a votação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o governo vai iniciar a discussão sobre a reforma política. A confirmação é do próprio presidente Fernando Henrique Cardoso. "As outras reformas já avançaram", disse, em entrevista exclusiva ao Estado. Ele adiantou que o objetivo é estabelecer a fidelidade partidária, provavelmente o voto distrital misto e regras de barreira para mudanças de partido. Paralelamente, o governo estará concentrado no enfrentamento dos problemas econômicos conjunturais, com ênfase no combate à inflação e às elevadas taxas de juros. A reforma tributária, mais complexa, demandará mais tempo para amadurecer, segundo o presidente. "A dificuldade são os Estados", ressalta. "A briga é federativa."

Confiante e relaxado, depois da aprovação da CPMF, em primeiro turno, na Câmara, o presidente conversou com os jornalistas Fernando Lara Mesquita, Antonio Carlos Pereira, Rolf Kuntz, Beatriz Abreu e Sílvia Faria por uma hora e meia, no Palácio do Planalto, na quinta-feira. Revelou-se mais seguro de que os problemas resultantes da crise externa estão sendo atacados e o País agora tomou rumo próprio. Um rumo que imporá ajustes drásticos no primeiro semestre, mas promete viabilizar a retomada do crescimento neste ano.

Fernando Henrique admitiu que a crise afetou o Brasil mais fortemente porque o País não estava ajustado. Atribuiu a lentidão do processo à própria democracia, que exige negociação e convencimento do Congresso e da sociedade.

**Estado – O País voltou a discutir temas que julgava resolvidos, como inflação, indexação, desemprego e déficit público recorde. O que deu errado?**

**Fernando Henrique Cardoso –** Até a crise da Rússia, em 1998, você tinha tempo para fazer um ajuste mais lento por causa da oferta de capitais externos, que era abundante. Depois da crise da Rússia começou a ficar visível que não haveria esse tempo. Onde nós demos o tempo foi aqui. Apesar da crise lá de fora, se tivéssemos avançado mais, não teríamos tantos problemas. Tivemos de desvalorizar o real. Não foi uma decisão de governo. Foi imposição do mercado.

**Estado – Não se demorou excessivamente tolerando elevados déficits externos?**

**Fernando Henrique –** Ex post, sim. Agora qual era a idéia? De que você não teria esse problema porque na verdade tinha capitais excedentes e o comércio estava em expansão. O próprio importador



Confiante com a aprovação da CPMF, Fernando Henrique está mais seguro de que os problemas provocados pela crise externa estão sendo atacados

ou o exportador lá de fora gerava o financiamento.

**Estado – O sr. mencionou a lentidão do ajuste interno...**

**Fernando Henrique –** A lentidão se deve a muitos problemas, entre os quais o fato de que poucos países emergentes fizeram esse tipo de ajuste na democracia. Quase todos os que fizeram não fizeram no regime aberto. Sou francamente defensor do regime democrático e aberto. Ele implica outro tempo.

**Estado – O senhor está jogando toda a responsabilidade para fora do governo. Não deveria ser o governo o maior interessado?**

**Fernando Henrique –** Mas o governo fez. Nós debatemos exaustivamente a questão, fizemos programas na televisão, mas a sociedade não estava preparada. Permite um pouquinho de sociologia nisso? A sociedade não absorve a informação quando se dá a informação. É uma ilusão intelectualista imagi-

nar que você, porque sabe e mostra, convence. Não convence. Porque há interesses em jogo. E custa que esses interesses se movam e se debilitem. Se você comparar o que aconteceu na Alemanha e na Itália, o Brasil foi muito depressa nessa matéria. Historicamente você vai ver que houve uma consciência desse processo, entre aspas, em apenas quatro anos.

**Estado – Qual o principal foco da resistência?**

**Fernando Henrique –** Eu disse aqui uma coisa que é arriscadíssima. É que essas reformas pegam a nós, da classe média. Somos nós, os professores, os jornalistas, os militares, os diplomatas. São os nossos interesses que estão sendo tocados por nós próprios. Só se toca nesse interesse quando há um abalo como houve agora.

**Estado – Uma falha de comunicação, não é, presidente? Porque a maioria está fora disso. Não tem o que perder.**

**Fernando Henrique –** Eu sei. Não tem mesmo. Tem o que ganhar. É o meu ponto de vista, de que eu estava falando com os parlamentares. São eles que têm de votar. A dificuldade é que os que têm a perder são os que têm de votar.

**Estado – Uma das grandes dificuldades que o senhor teve e tem para encaminhar as reformas está no Congresso. Por que o senhor não fez a reforma política primeiro?**

**Fernando Henrique –** Porque, com toda a franqueza, se tivesse começado por aí eu estaria nela. No momento em que você entra nessa discussão, ela se sobrepõe a todas. Optamos por começar pelas reformas econômicas. Se não tivéssemos feito isso, estaríamos patinando na discussão sobre se o sistema melhor é o de voto proporcional ou é o majoritário; se vai haver distrito, que tipo de distrito, como é que faz o recorte do distrito, qual o tamanho, se eu faço ou não uma regra de barreira, se isso vai discriminar os pequenos partidos, etc.

**Estado – Mas, com a força e o prestígio com que o senhor entrou no governo, não teria condi-**

**ções de fazer no mínimo a fidelidade partidária?**

**Fernando Henrique –** Isso é outra ilusão que se repete frequentemente. O nosso sistema é presidencialista. Os partidos não são organizados. Todos os presidentes que se opuseram ao Congresso ou não fizeram nada ou caíram ou fecharam o Congresso, dando golpe. A mesma população que votou maciçamente no presidente votou nos parlamentares e não há conexão entre o voto que dá ao presidente e o voto que dá ao parlamentar. Só que, ao dar ao parlamentar o voto, ela deu a legitimidade, e o Congresso é forte no Brasil.

**Estado – Há ainda possibilidade de fazer reforma política?**

**Fernando Henrique –** Terminada a votação da CPMF, vamos entrar na reforma política. Feita de uma maneira, o quanto possível, infraconstitucional.

**Estado – E quais são os temas que podem ser tratados?**

**Fernando Henrique –** Basicamente os pontos a serem tratados, de uma forma indireta, são: evitar a mudança de partido (fidelidade partidária), a cláusula de barreira, de desempenho, a proibição de coligação no voto proporcional e talvez uma emenda minha, que está no Senado, que é a introdução do voto distrital misto, semelhante ao modelo alemão. Então nisso nós vamos entrar. Porque as outras reformas já avançaram; a da Previdência já deu um bom avanço. Agora nós precisamos de medidas infraconstitucionais e administrativas. Falta a tributária. Em termos de grandes reformas, é isso.

**Estado – Qual é a perspectiva para a reforma tributária?**

**Fernando Henrique –** A reforma tributária, vamos acelerar também, mas eu acho que politicamente agora vamos entrar mais diretamente na reforma política. Porque a tributária vai seguir os caminhos

## FRASES

“As reformas pegam a nós da classe média. Somos nós, os professores, os jornalistas, os militares, os diplomatas”

“Todos os presidentes que se opuseram ao Congresso ou não fizeram nada, ou caíram, ou fecharam o Congresso, dando golpe”

“Terminada a votação da CPMF, nós vamos entrar na reforma política. Feita de uma maneira, o quanto possível, infraconstitucional”

“A reforma tributária vamos acelerar também, mas ela vai seguir os caminhos técnicos. O principal da reforma tributária é a distribuição do bolo. A dificuldade são os Estados. A briga é federativa”

“No ano passado o Tesouro teve um superávit de R\$ 6 bilhões. Então o esforço fiscal que estamos fazendo agora não é porque o Estado esteja gastando muito. Precisa gastar mais”

“O que fazer não é baixar imposto, vou baixar juros. Porque eu tenho a chance de aumentar empregos, de aumentar o crescimento.

Os juros estão muito elevados. Tentou-se de um jeito e saiu de outro. Agora não adianta chorar sobre o leite derramado”

“Para colocar o Brasil numa situação em que ele possa se desenvolver, você tem de resolver a questão da dívida interna neste momento”

técnicos. O principal da reforma tributária é a distribuição do bolo. Todo mundo quer a reforma, mas cada um tem um pensamento diferente sobre o que seja a reforma. Como não gosto de dizer o que acho que não vai acontecer, não quero dar à sociedade a imagem de que nesse conjunto nós vamos resolver a questão tributária. A dificuldade são os Estados. A briga é federativa. Estou disposto a liderar uma mudança do pacto federativo, mas a condição é que tem de haver um ajuste fiscal, que é um regime de responsabilidade.

**Estado – E quando o crescimento sustentado terá prioridade na agenda do governo?**

**Fernando Henrique –** O grosso da crítica era a taxa de juros e que os produtos importados arrasavam, impediam o crescimento. Eu acho que imaginar um país como o Brasil fechado hoje em dia é um anacronismo, até porque já houve uma integração. O Brasil não tem mais essa opção de saber se ele vai ou não participar do mercado internacional. Ele é parte disso.

**Estado – Mas essa integração é inviável sem uma mudança no sistema tributário. O Estado está tomando a renda do setor privado, por meio dos impostos.**

**Fernando Henrique –** O Estado não cresceu. Do déficit (público) de 8% do PIB, 7% são despesas com juros. O Estado teve superávit primário (sem considerar os juros) esses anos todos, salvo na Previdência (teve 1% do PIB de déficit na Previdência). E o ano passado o Tesouro teve um superávit de R\$ 6 bilhões. Então o esforço fiscal que estamos fazendo

agora é por outra razão. Não é porque o Estado esteja gastando muito. Precisa gastar mais. Tem de baixar a taxa de juros para poder baixar o déficit.

**Estado – O sr. está querendo dar ao Brasil um ritmo de crescimento sustentável. Como é que se consegue fazer isso com uma carga de imposto tão alta?**

**Fernando Henrique –** Acho que o dilema é falso. A questão é o uso desse dinheiro. É o fato de que você foi levado a uma situação em

que o uso desse dinheiro não é feito adequadamente. A incidência não é adequada e é preciso fazer a reforma tributária. Para colocar o Brasil numa situação em que ele possa se desenvolver, você tem de resolver a questão da dívida interna neste momento.

**Estado – Então o governo vai esperar que a sociedade absorva o impacto, o aumento de imposto que teve agora por conta do ajuste, para então fazer a reforma tributária?**

**Fernando Henrique –** Não. Eu não vou esperar. Se depender de um decreto meu, eu faço a reforma tributária. Não depende de um decreto meu; depende de uma negociação política pesada entre vários setores de interesse. Porque para o Congresso. Para ter três quintos nessa matéria, você tem de ter mais consciência da questão tributária. Assim como nós conseguimos ter consciência sobre a questão previdenciária. Ainda não se tem da questão tributária, porque a matéria é árida. Então é um jogo complicado de negociação. Não é por falta de compreensão da importância da reforma tributária. Agora, a carga no Brasil é pequena.

**Estado – O problema agora é saber o que fazer. Qual será a oportunidade?**

**Fernando Henrique –** Vamos por partes. O que fazer não é baixar imposto, vou baixar juros. Muito antes de poder pensar nesse assunto, tenho de baixar juros, porque tenho a chance de aumentar empregos, aumentar o crescimento. Os juros estão muito elevados. Tentou-se de um jeito e saiu de outro. Agora não adianta chorar sobre o leite derramado. O câmbio está flutuando. Então, agora, trata-se de abrir um horizonte que permita baixar juros. Esse é o problema que se configura daqui por diante.

**Estado – Neste semestre?**

**Fernando Henrique –** Neste semestre nós vamos ter de agüentar toda a trepidação que já está havendo, difícil, dura, do ajuste do câmbio e da inflação. Não vou tolerar nenhuma política que não seja contra o aumento da inflação, qualquer que seja o preço dela. A questão fundamental é baixar juros e evitar que a inflação volte. Eu falei da reforma tributária e da reforma política, mas essas são questões estruturais. Nós estamos aqui num aperto conjuntural. É claro que não se pode ignorar a estrutura. Tem de segurar a inflação e tem de baixar a taxa de juros. Então a discussão efetiva, real, agora é essa.

**Estado – A conjuntura sobrepõe-se à questão estrutural?**

**Fernando Henrique –** Ela vem junto. Mas a conjuntura tem mais urgência. Se você não mantiver essa situação sob controle, não haverá reforma possível. Foi possível fazer algumas reformas nesses quatro anos, porque havia a estabilidade. E o povo sentiu o gosto da estabilidade, que é importante. Temos de manter esse gosto da estabilidade. Não posso fazer políticas que levem ao aumento da taxa de juros a médio prazo nem à volta da inflação. Se conseguirmos isso, vamos ter de novo fluxo de capital produtivo. O setor privado brasileiro está líquido ainda. É um dos mais líquidos comparativamente; é muito pouco endividado.

**Estado – Temos um investimento acumulado que corresponde a um crescimento muito maior do produto, que está reprimido...**

**Fernando Henrique –** Exatamente. Por causa da taxa de juros. O Castro (Antônio Barros de Castro) fez um artigo muito interessante nesse sentido. Ele, que não acreditava que estivesse havendo transformação na base produtiva, analisou e viu que houve uma mudança na base produtiva no Brasil. Nós não estamos em 1999 voltando a 1993. Nós estamos em outro patamar. Se o governo for capaz, e aí, sim, é o governo, de tomar as decisões pertinentes para evitar a volta da inflação e conseguir baixar a taxa de juros – obviamente isso tem a ver com a taxa de câmbio também –, vamos partir de uma base produtiva em que, mesmo sem muitos investimentos adicionais, a economia pode crescer. Porque há uma base instalada já razoavelmente grande. Então, voltando à questão do futuro, eu não vejo os horizontes toldados. Eu vejo que estamos atravessando uma nuvem.

■ Veja na página seguinte o que o presidente pensa do cenário externo

QUEDA DO REAL FOI IMPOSIÇÃO DO MERCADO

HAVERÁ NOVO FLUXO DE CAPITAL PRODUTIVO